

## Ata nº 90 / XIII / 2.ª SL

Aos quatro dias do mês de julho de 2017, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

### Ordem do Dia (OD):

#### 1. Informações Gerais

2. Discussão do Projeto de Resolução n.º 949/XIII/2ª (PSD,PS, BE, CDS, PCP) que Recomenda ao Governo o reforço do apoio ao Fundo das Nações Unidas para a População UNFPA

3. Apreciação e votação do Relatório da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Rumo a uma política comercial sólida para a UE em prol do emprego e do crescimento COM (2016) 690

- Deputada autora do Relatório: Paula Teixeira da Cruz - PSD

4. Apreciação e votação do Relatório da COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Elementos para uma estratégia da UE para a Síria JOIN (2017) 11

- Deputado autor do Relatório: Rui Silva – PSD

5. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias pela CAE

- [COM\(2017\)315](#) : DOCUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA DEFESA EUROPEIA

6. Aprovação de Atas

Ata n.º: 74, de 28.março.2017

7. Outros assuntos.

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos membros da Comissão e prestou, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, as seguintes informações gerais:

- O Senhor Presidente da República solicitou anuência para se deslocar a Bruxelas no próximo dia 1 de julho, depreendendo-se a urgência na deslocação. Dado o hiato temporal extremamente curto entre a recção do pedido e a data da viagem, a questão foi tratada no Plenário ocorrido na passada sexta-feira.
- Na sequência da recente visita do Senhor Presidente da Assembleia da República à Eslovénia, e no sentido de aprofundar o relacionamento parlamentar bilateral tendo em conta matérias de interesse comum, somos solicitados para que, conjuntamente com a CAE, possamos receber o Senhor Embaixador da Eslovénia (não-residente) no próximo dia 20 de julho (5.<sup>a</sup> feira).  
Dado que os trabalhos parlamentares desta Sessão Legislativa terminam a 19, sugeriu o Senhor Presidente que a audiência tivesse lugar naquela data, antes da reunião plenária, sugestão que foi unanimemente acolhida. Ficaram os serviços incumbidos de proceder aos contactos para tal adequados.
- Existe a hipótese de vir a decorrer no próximo dia 6 de julho, após o Plenário, a audição da Senhora Secretária-Geral do Serviço Europeu de Ação Externa, Helga Schmidt. Questionando acerca do interesse e disponibilidade.

Intervio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para perguntar se existia agenda para a audição.

Intervio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para manifestar o interesse e a disponibilidade do seu grupo parlamentar, mais tendo sublinhado a pena que seria caso não vesse a ser possível efetivar esta audição, que reputou de muito relevante, constando até do Plano de Atividades da Comissão.

Dado que na data indicada nenhum dos membros da Mesa possuía disponibilidade para comparecer, e tratando-se de uma audição prevista para ocorrer conjuntamente com a 4.<sup>a</sup> Comissão, sugeriu o Senhor Presidente que a direção da

reunião fosse assegurada pela CAE, podendo na mesma participar os Deputados que assim o entendessem, hipótese que foi unanimemente aceite.

Relativamente ao Ponto 2., foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Maria Antónia Almeida Santos (PS)** para apresentação do Projeto de Resolução de que é a primeira subscritora.

Começou por situar subjetivamente a iniciativa, referindo ter a mesma resultado da vontade de um conjunto de Deputados dos Grupos Parlamentares com assento na 2.<sup>a</sup> Comissão e à margem referenciados, todos pertencentes, por sua vez, ao Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento. Seguidamente, aludiu aos seus antecedentes factuais, motivações e objetivos essenciais. Relembrou o facto de o Grupo Parlamentar Português em causa acompanhar com proximidade os trabalhos deste Fundo das Nações Unidas, tendo salientado o facto de a aprovação dos cortes previstos para Programas relacionados com a educação sexual e a saúde reprodutiva das mulheres, entretanto anunciados, poder vir a ter consequências terríveis em mais de 150 países, onde vive 80% da população mundial, constituindo esta iniciativa a resposta, oportuna e solidária, a uma dívida de gratidão para com este Fundo que, nas décadas de 70 e 90 do século passado, muito contribuiu para a redução das altas taxas de mortalidade materno-infantil, bem como para o incremento da saúde sexual e reprodutiva, em Portugal.

Mais recordou apelos feitos em idêntico sentido por parte do Secretário-geral das Nações Unidas, Engenheiro António Guterres, para que os países doadores aumentem o seu apoio a este Fundo, para permitir que continue o seu trabalho essencial durante este período difícil.

Concluiu, sublinhando o amplo consenso político obtido para a apresentação desta iniciativa, a qual conta com subscritores todos os Partidos com assento nesta Comissão Parlamentar.

Passados à fase de discussão e debate, intervieram, seguidamente, os Senhores Deputados abaixo indicados, tendo referido o seguinte:

**Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, para sublinhar o seu incondicional apoio a esta iniciativa e assinalar a excessiva carga burocrática a que o trabalho das Nações Unidas frequentemente se sujeita. Mais referiu, não bastarem as boas intenções políticas, pois a par da veemente reprovação de certos atos, o Parlamento deve exigir uma crescente intervenção da ONU no terreno.

**Carla Cruz (PCP)**, para igualmente manifestar o apoio do seu Grupo Parlamentar a esta iniciativa, acompanhando as medidas nela propostas e salientar a relevância deste Fundo para a educação sexual e saúde reprodutiva das mulheres, precisamente por ter como alvo populações das zonas mais carenciadas do globo. Apelou ao reforço de verbas, sem o qual não será possível intervir no terreno, pois são necessários meios materiais e humanos que de outra forma não são alcançáveis e para cuja realidade deve o Governo ser devidamente alertado e sensibilizado no sentido da intervenção adequada junto das esferas internacionais.

**Pedro Filipe Soares (BE)**, para corroborar a visão e motivações expressas pela anterior interveniente, frisando, igualmente, o apoio do BE a esta iniciativa.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Maria Antónia Almeida Santos (PS)** para agradecer a oportunidade e o consenso entretanto gerado em torno desta questão, tendo ainda salientado que a intervenção da comunidade internacional nesta matéria tem de ir muito mais longe, visto afetar populações extremamente carenciadas e tratar-se de matéria fundamental para o desenvolvimento humano e bem-estar das mulheres.

Interveio, ainda, a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para reiterar o seu apoio a esta iniciativa, tendo realçado que a crítica que formulou ao excesso de burocracia não ter sido dirigida ao Parlamento, mas sim à própria capacidade organizacional da ONU, impedindo a disponibilização de meios financeiros essenciais à operacionalização das missões no terreno.

Não tendo sido apresentadas quaisquer propostas de alteração, irá a iniciativa em apreço ser remetida a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Transitados para o **Ponto 3.**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, para apresentação do seu Parecer acerca da iniciativa em título. Preliminarmente, defendeu que a matéria objeto do seu Parecer deveria ter sido tratada pela Comissão de Economia, tendo manifestado a sua discordância pelo facto de ser a Comissão

de Assuntos Europeus (CAE) quem, por sistema, procede à distribuição destas iniciativas para análise nas diferentes Comissões. Solicitou que, em função do que antecede, ficasse lavrado em Ata o seu protesto. Passou seguidamente à análise da matéria, tendo lembrado tratar-se de questão que tem vindo a ser abordada no Parlamento desde 2013, consubstanciada no *dumping* e no trabalho infantil e escravo. A União tem vindo a defender o reforço do incentivo à produção industrial europeia, mas nunca chegaram a ser implementadas quaisquer medidas. Identificou a situação do aço e laminados oriundos da China como um dos exemplos. Terminou, referindo que, pese embora não tenha formulado opinião própria, não exclui fazê-lo, caso seja esse o entendimento da Comissão, estando, por isso, aberta a sugestões.

Interveio o Senhor **Presidente** para manifestar o seu entendimento de que esta matéria se inscreve nas questões fundamentais das relações internacionais de longo prazo que devem preocupar e motivar a pronúncia desta Comissão, a par de outras, a quem a natureza das matérias possa igualmente interessar.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para sublinhar que a pronúncia desta Comissão deveria ser sempre solicitada no final do processo de apreciação parlamentar, privilegiando uma abordagem política, mas sem prescindir da prévia pronúncia da Comissão ou Comissões especificamente competentes em função da matéria.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para lembrar que a aceitação do escrutínio por parte da Comissão, independentemente de saber quem distribui as iniciativas, é sempre da própria Comissão que é política e regimentalmente soberana para tal.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para concordar com a reserva formulada pela Autora do Parecer, entendendo que os moldes em que o escrutínio se processa não produzem qualquer tipo de eficácia prática.

Interveio a Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) reforçando a posição de que a comissão é soberana para decidir se pretende ou não escrutinar, não desejando entrar na discussão acerca da distribuição das iniciativas.

Interveio a Senhora **Deputada Wanda Guimarães (PS)** tendo afirmado que a Comissão possui um tipo de competência que deve ser colocado a um nível superior de avaliação política, pelo que a questão que agora veio ser colocada, devê-lo-ia ter sido aquando da emissão da decisão de escrutínio. Seguidamente, cumprimentou a Autora pelo trabalho realizado que é claro no seu teor e focalizado naquilo que parece ter norteado a razão de ser do documento europeu em apreço, i.e, a siderurgia e o excedente chinês no aço. Sugeri a introdução no Parecer de referência expressa à questão do “trabalho digno”.

Relembrou de seguida o Senhor **Presidente** estarmos perante uma mera Comunicação e não uma decisão final de uma instância europeia, versando matéria relativamente à qual não existe consenso de fundo entre Estados-membros, situação que igualmente se verifica em áreas com as pescas e a defesa, de entre outras.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** sublinhando que a inexistência do referido consenso político ser precisamente uma das grandes questões envolvidas que assinalou no seu Parecer.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Transitando para o **Ponto 4.**, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Rui Silva (PSD)** para apresentação do seu Parecer relativo à Comunicação Conjunta da Comissão e do Parlamento Europeu acerca da situação na Síria. Tendo começado por situar temporal e objetivamente a origem e evolução deste conflito, identificou uma certa falência do projeto de defesa europeu. Aludiu, de seguida, às estratégias e objetivos estabelecidos pela União, consubstanciados em valores que reputou de relevantes mas que, infelizmente, não foram ainda capazes de por fim a este conflito que se arrasta há mais de seis anos, traduzindo a ineficácia da política externa europeia que assim sai fragilizada.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para felicitar o trabalho realizado pelo Autor do Parecer, bem como o seu grupo parlamentar por ter aceitado escrutinar o documento em apreço. Entendeu estarmos perante um exemplo prático da impotência internacional para lidar com o caos na Síria, que não apenas o protagonizado pela União Europeia. Reputou de muito

importante a discussão desta matéria, aspeto essencial para a consciencialização da sua existência, traduzindo-se numa reiterada violação de Direitos Humanos, por exemplo, com recurso a armas proibidas. Saliou, ainda, o facto de o Autor não ter deixado de emitir a sua opinião, facto que só valoriza o seu trabalho e o da Comissão.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, para referir que a Europa ainda procura um modelo de intervenção na Síria, estando-se perante uma disputa muito mais ampla que a prevista no âmbito da União. Relembrou que a comissão de crimes de guerra é imputável a todas as partes do conflito, designadamente pelo recurso a armas químicas e ataques a hospitais, sendo que ninguém na UE conseguiu que fossem tomadas decisões adequadas a por termo ao conflito. Anunciou que votará contra o Parecer, não pelo seu teor, mas pelos pressupostos que o mesmo encerra.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para felicitar o Autor pelo trabalho realizado. Depois, deixou registada a existência, segundo entende, de uma parceria belicista entre a NATO e a UE que não ajuda à resolução do conflito. Sendo verdade que o mesmo dura há mais de seis anos, referiu quem, porém, o Parecer nada refere acerca da génese do mesmo, no sentido de se saber quem instigou e alimentou o conflito. Recordou a existência de mercenários no território e o esquecimento da comunidade internacional aos apelos em tempo feitos pelo Governo sírio. E lembrou que também na Líbia se procurou uma solução política de transição, com os resultados que são conhecidos. Anunciou que votará contra.

Interveio o Senhor **Deputado Rui Silva (PSD)** para agradecer as menções positivas feitas ao seu trabalho. Referiu ter procurado escrutinar no documento medidas que fossem novas face às antecedentes. Em nenhuma parte do Parecer se preconiza ou identificam soluções de natureza bélica, embora não se possa esquecer o cariz totalitário do regime de Assad.

Submetido à votação o Parecer foi aprovado por maioria, com votos favoráveis de PSD, PS, e CDS/PP, e votos contra do BE e do PCP.

Relativamente ao **Ponto 5.** da OD, foi deliberado, por unanimidade, que a Comissão procedesse ao escrutínio do documento de reflexão sobre defesa europeia, tendo o encargo sido cometido ao PSD, na pessoa da Senhora Deputada Ângela Guerra.

No **Ponto 6.**, a leitura da Ata n.º 74, transitou para a sessão seguinte.

No âmbito do **Ponto 7.**, pediu a palavra o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** no sentido de requerer o aditamento ao Requerimento em tempo apresentado pelo seu grupo parlamentar, para audição do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, de matéria alusiva à situação da comunidade portuguesa na Guiné-Bissau.

Interveio o Senhor **Presidente**, colocando ao plenário da Comissão a admissibilidade do pretendido, dado tratar-se de matéria que não se encontrava inscrita na OD.

Tendo sido admitida a discussão desta matéria, foi o pedido formulado pelo PSD aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo ficado incumbidos os serviços de proceder, para tais efeitos, à notificação das entidades governamentais envolvidas.

Usando da palavra, o Senhor **Presidente** alertou para o facto de que os Requerimentos apresentados pelos grupos parlamentares do PSD e do CDS/PP, relativos à audição do senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, apresentados na última sessão da Comissão, não terem sido formalmente votados, em vista da sua admissão.

Assim, procedeu-se à votação formal dos mesmos, tendo sido admitidos por unanimidade dos Deputados presentes.

Pediu a palavra a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para solicitar a apreciação urgente da Proposta de Resolução n.º 49/XIII/2.<sup>a</sup>, relativa ao Acordo Económico e Comercial Global entre o Canadá, por um lado e a União Europeia e os seus Estados-membros, por outro.

Submetido a votação, o pedido foi aceite por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se passado à respetiva apresentação e discussão.

Nesta, a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** começou por enquadrar genericamente a matéria, quanto aos seus princípios e objetivos essenciais, lembrando terem sido necessários 5 anos e 9 rondas negociais para que a sua outorga pudesse ter tido lugar em outubro passado. Seguidamente, passou a analisar o conteúdo substantivo do Acordo, tendo realçado as disposições que considerou mais relevantes, designadamente, as taxas alfandegárias, as barreiras não pautais, a proteção da propriedade intelectual, a liberalização do setor dos serviços, a proteção do investimento, o acesso aos mercados públicos, e ainda, o papel que o CETA terá no domínio do comércio e desenvolvimento sustentável. Seguidamente, foi avaliado o impacto deste acordo no caso especificamente português. Na sua opinião, a Deputada Autora do Parecer salientou a importância deste Acordo para o comércio europeu e também para Portugal, sem ter deixado de realçar, contudo, a necessidade de manter apertada monitorização relativamente a alguns dos seus aspetos, para cujo efeito será extremamente importante o acompanhamento da reunião anual do Comité Misto CETA, composto por representantes da UE e do Canadá. Concluiu, reunir esta Proposta condições parecer ser votada no Plenário da Assembleia da República.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para cumprimentar a Autora do Parecer pelo trabalho realizado. Seguidamente, lembrou tarar-se de matéria cuja discussão em Comissão já não é nova, tendo reafirmado o impacto profundamente negativo que este Acordo terá para Portugal e para os seus trabalhadores. E lembrou, igualmente, as reservas em tempo levantadas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados. Anunciou que votará contra e que apresentará declaração escrita de voto.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, lembrando ser já conhecida a posição do BE acerca deste Acordo, amplamente discutida nesta Comissão. Anunciou que votará contra.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, tendo começado por felicitar o trabalho da Autora. Referiu que o PSD concorda com o teor do Parecer, num momento em que se avolumam posições e medidas de índole protecionista, pondo em causa os

interesses dos países mais pequenos, como Portugal, que tem, por sinal, no Canadá um parceiro privilegiado. Mais lembrou que o fecho de Portugal ao CETA, acarretaria um prejuízo significativo para as empresas portuguesas e para o mundo rural.

Submetido à votação, foi o Parecer aprovado por maioria, com votos contra do BE e do PCP, tendo-se verificado a ausência do CDS/PP.

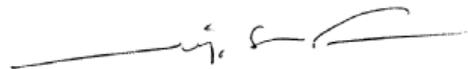
Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas e cinco minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20170704.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170704.mp3)

Palácio de S. Bento, 4 de julho de 2017

**O Presidente da Comissão,**



**(Sérgio Sousa Pinto)**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Carlos Alberto Gonçalves  
Domicília Costa  
Filipe Lobo D'Ávila  
Gabriela Canavilhas  
Joana Lima  
José Cesário  
Lara Martinho  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Ricardo Baptista Leite  
Rui Silva  
Sérgio Sousa Pinto  
Adão Silva  
Berta Cabral  
Carla Cruz  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves  
João Oliveira  
Nuno Magalhães  
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
Isabel Santos  
Porfírio Silva

---

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 18/07/2017.**